
Plano de Emergência para o Surgimento de Óleo em Praias

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS Secretaria
de Meio Ambiente e
Sustentabilidade

**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**
VERSÃO: 01/2010

Objetivo

O Plano de Emergência para o Surgimento de Óleo em Praias (PNC-Local) tem por objetivo nortear as ações a serem adotadas nos casos de surgimento de óleo nas praias do Estado do Rio de Janeiro, sem que haja um poluidor identificado.

Nos casos onde o poluidor é identificado, adota-se o Procedimento Operacional Padrão para Acidentes Aquaviários.

Introdução

O PNC-Local é o guia de ações previstas nos artigos do Decreto que institui o Plano Nacional de Contingência. Ele aborda as ações necessárias para preparação, e resposta ao cenário previsto no PNC, considerando as ações do Comitê de Suporte, onde o órgão Estadual de Meio Ambiente atua.

Neste cenário, é aplicada a técnica de SCAT - Shoreline Cleanup and Assessment Technique , que se traduz em um método de levantamento de informações de uma linha de costa afetada por manchas de óleo.

Este método foi originado nas ações de resposta do acidente do Exxon Valdez em 1989, quando as equipes de resposta necessitaram de um padrão para documentar os impactos de manchas de óleo em extensões de quilômetros de linha de costa.

Por definição, é a abordagem que padroniza terminologias para documentar as condições identificadas na linha de costa. O SCAT foi desenvolvido com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões em ações de limpeza da costa, fazendo parte do processo de resposta a emergências com surgimento de óleo na costa, e deve ser mantido como trabalho contínuo no avanço das atividades operacionais de limpeza.

Neste contexto, se divide em duas fases, a de monitoramento, e a de resposta.

Considerando que o PNC atua dentro dos padrões definidos no Sistema de Comando a Incidentes (Figura 1), o PNC-Local adota a mesma prerrogativa, atuando na forma de Comitês Técnicos, onde cada um possui atribuições específicas.

Sistema de Comando de Incidentes

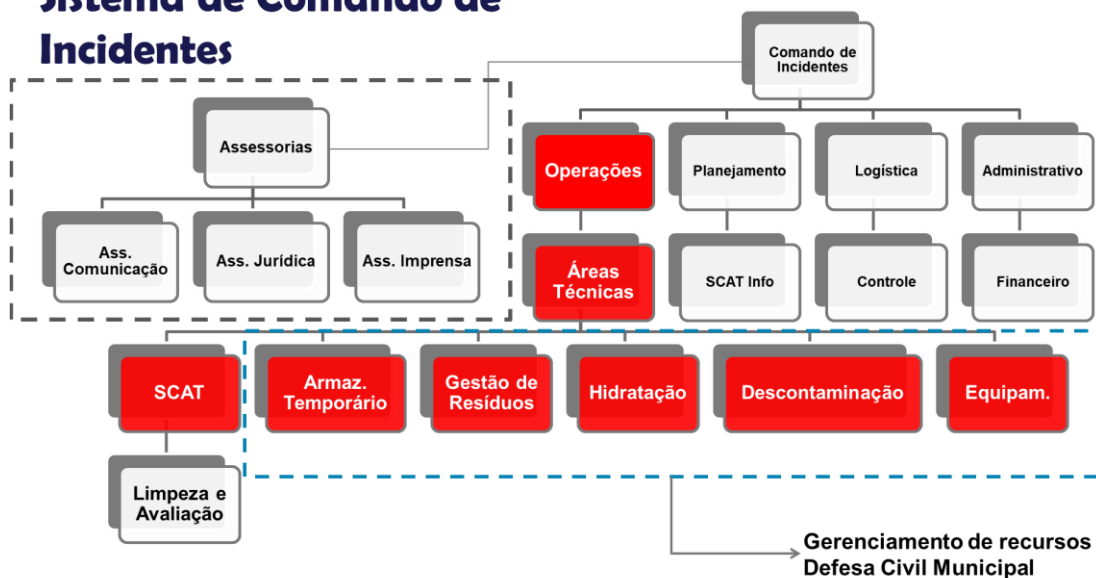


Figura 1 - Sistema de Comando de Incidentes - Aplicação do SCAT

Os Comitês são ativados progressivamente, à medida que o acidente se desenvolve.

Em fase de normalidade, com suspeita de que alguma mancha de óleo possa se deslocar para o Estado do Rio de Janeiro, o plano é ativado na fase de vigilância.

Fase de Vigilância

São ativados os recursos institucionais de articulação, para levantamento interno e externo do contingente disponível para o cenário, incluindo recursos materiais, e logísticos, além de humanos.

Nesta fase são realizadas reuniões periódicas com outros órgãos, com vistas a identificar os cenários mais prováveis, e assim poder decidir pela ativação de novas fases.

Caso seja identificada a necessidade de aquisição de recursos, ou de capacitação de efetivo operacional, são ativados os Comitês de Logística e de Capacitação, para realizar aquisições prévias caso haja necessidade, e capacitações onde houver necessidade de maior efetivo.

Fase de Monitoramento

Nesta fase, são iniciadas rotinas de vistoria em praias, a serem realizadas em interação com os Municípios da região litorânea, podendo ser empregados relatórios eletrônicos dentro do padrão SCAT, avaliações periódicas das situações das praias, em especial características físico-químicas, e presença de lixo.

Podem ainda ser empregados recursos de monitoramento aéreo e marítimo, de acordo com a possibilidade de determinar áreas prováveis de monitoramento.

Nesta fase é ativado o Comitê de Monitoramento, que passa a receber informações operacionais das fontes Municipais e Estaduais, de maneira permanente, apurando ainda denúncias eventuais, de acordo com a metodologia abaixo:

Gerência de Operações em Emergências Ambientais - GEOPEM



Figura 2 - Monitoramento 24 horas por dia

O técnico SCAT passa a percorrer as praias diariamente, ou em frequência adequada, em que possam ser registradas informações de surgimento de óleo. As praias devem ser divididas em segmentos para definição da melhor estratégia de resposta no caso de surgimento do óleo. As informações são passadas rotineiramente ao Comitê de Monitoramento.

Para tal, deve-se adotar como critérios de segmentação:

- Limites do segmento devem ser facilmente identificáveis em campo, por exemplo:
 - Feições rochosas ou outras que se destaquem na paisagem;

- Mudanças no tipo de praia, ou de vegetação, ou de feição;
 - Rios e canais perenes;
 - Limites de jurisdição – Unidades de Conservação;
- Tamanho recomendável para os segmentos variam entre 200m e 2km;
 - Em segmentos uniformes e longos, utilizar divisão a cada 500-1000m;
 - Número de segmentos deve ser trabalhável.

Com base nas informações de monitoramento, obtidas por seguimento de praia, deverão ser definidos recursos para resposta em função de ponto de acesso à praia, técnica para retirada do resíduo, e posicionamento do armazenamento temporário dos resíduos, assim como estratégia de retirada e destinação.

Fase de Resposta

Esta fase é iniciada a partir do momento em que é identificado óleo na costa. Neste ponto, o técnico SCAT, que até então vem realizando o monitoramento da área, adota o procedimento a seguir.

Identificado óleo na Praia

1. Avaliar cenário de extensão e cobertura do óleo;
2. Ligar 185 informando;
3. Ligar (21) 98596-8770 informando GEOPEM;
4. GEOPEM aciona Superintendência ou Unidade de Conservação - Ponto Focal no Local;
5. Iniciar processo de resposta com SCAT-R, acionando logística necessária, com base no cenário;
6. GEOPEM se desloca para o local.

O técnico SCAT passa a coordenar e avaliar, com base nos critérios abaixo, o resultado das ações no local da resposta:

- Orientação de posicionamento dos pontos de acesso, descontaminação, armazenamento temporário, dentre outros;
- Orientação de logística (onde obter equipamento de proteção ...);
- Resíduos: segregação e controle da quantidade;
- Nível do armazenamento temporário;
- Técnicas ou equipamentos não adequados;
- Proteção individual do efetivo;

O ciclo de avaliação deve ser mantido diariamente, de acordo com a Figura 4, abaixo:

SCAT - Avaliação

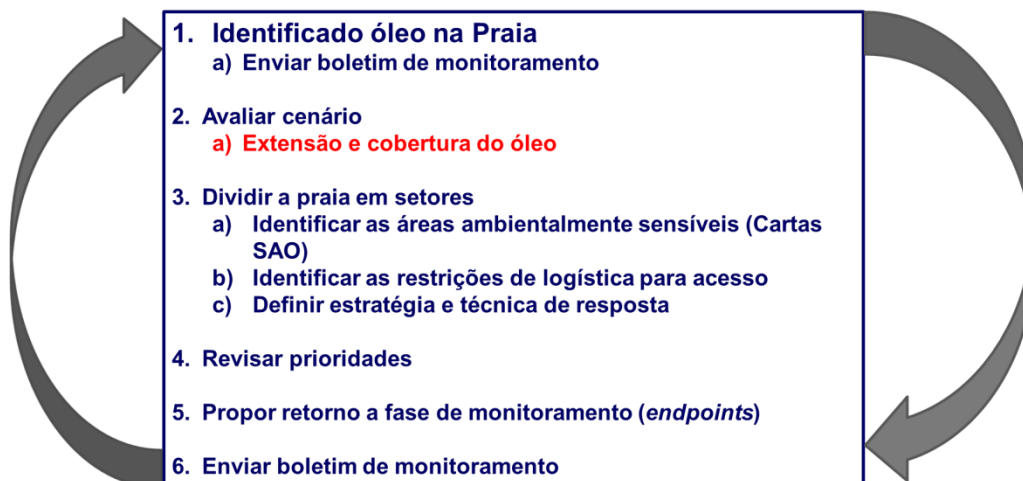


Figura 4 - Ciclo de avaliação SCAT

O levantamento continua, mesmo após a linha de costa ser considerada limpa, pois neste tipo de cenário, pode haver reincidência por até seis meses após a primeira ocorrência.

Áreas Especializadas – Planejamento Operacional

De acordo com o cenário, são ativados Comitês Técnicos específicos. No caso do ERJ, foram ativados: os Comitês de Fauna, para preparar os técnicos para prestar os primeiros socorros à fauna oleada; e o Comitê de Resíduos, para elaboração de manuais de segregação e destinação de resíduos, além da logística de transporte, subsidiando Municípios e Estado nas ações preventivas.

Conclusão

Após iniciada a fase de resposta, o INEA/SEAS passa a adotar a Matriz de Responsabilidades interna, que subsidia as áreas do INEA nas ações que devem passar a controlar dentro do cenário de emergência.

Esta Matriz de Responsabilidade está anexa a este Plano de Emergência.